

SÉRGIO CAMPINHO

Advogado. Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

CURSO DE
DIREITO
COMERCIAL

**FALÊNCIA
E RECUPERAÇÃO
DE EMPRESA**

Prefácio do Ministro Luiz Fux

11ª edição
revista e atualizada

2020

saraiva 

ISBN 978-85-53602-52-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

sac.sets@somoseduacao.com.br

Campinho, Sérgio

Curso de direito comercial - falência e recuperação de
empresa / Sérgio Campinho. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva
Educação, 2020.
448 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1370-0 (impresso)

1. Falências – Leis e legislação I. Título.

20-0078

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Leis comentadas : Falência : Direito
comercial 347.736.(81)(094.5)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Breno Lopes de Souza
Josiane de Araujo Rodrigues
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Markelangelo Design e Projetos Editoriais

Revisão Ana Cortazzo

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 16-12-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606022 CAE 721416

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	19
-----------------------	----

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS	25
1. Etimologia	25
2. Conceito de falência	25
3. Natureza da falência: direito material ou processual?	29
4. A falência como execução concursal	30
5. Conceito de recuperação judicial	31
6. Natureza jurídica da recuperação judicial	32
CAPÍTULO 2 – SUJEITO PASSIVO DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA EXTRAJUDICIAL.....	35
7. O empresário (sistema restritivo)	35
8. A profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística	37
9. O empresário rural	37
10. O empresário individual.....	38
11. O espólio.....	38
12. O menor empresário	39
13. A sociedade empresária.....	41

14. A sociedade anônima.....	42
15. A sociedade de economia mista e a empresa pública	42
16. A instituição financeira.....	43
17. A sociedade seguradora.....	45
18. A sociedade operadora de plano de assistência à saúde	46
19. A entidade de previdência complementar	47
20. O transportador aéreo	47
21. A sociedade cooperativa.....	48
22. A sociedade que exerce atividade rural	48
22-A. Concessionárias de serviços públicos de energia elétrica	48
22-B. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.....	49
CAPÍTULO 3 – JUÍZO COMPETENTE	51
23. Conceito de principal estabelecimento	51
24. Prevenção.....	52
25. Natureza da competência	55
26. Encerramento das atividades.....	56
27. Alteração de estabelecimento	57
28. Filial de matriz situada no exterior.....	58

SEÇÃO II – ÓRGÃOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA E ACERTAMENTO DO PASSIVO DO DEVEDOR

CAPÍTULO 4 – O JUIZ E O MINISTÉRIO PÚBLICO	63
29. Visão geral e preliminar	63
30. A atividade do magistrado	63
31. A atuação do Ministério Público	64
32. Requerimento de falência pelo Ministério Público.....	67
CAPÍTULO 5 – O ADMINISTRADOR JUDICIAL	71
33. Posição jurídica	71

34. Nomeação e investidura	72
35. Impedimentos	74
36. Deveres e atribuições	75
37. Destituição.....	77
38. Substituição.....	77
39. Remuneração	80
40. Responsabilidade do administrador judicial.....	82
41. Prestação de contas.....	83
CAPÍTULO 6 – ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES.....	87
42. Noção	87
43. Competências.....	87
44. Convocação.....	88
45. Instalação	90
46. Direção dos trabalhos	91
47. Composição	91
48. Deliberações.....	93
49. Direito de voto.....	95
50. Supressão do direito de voto.....	99
51. Órgão não obrigatório.....	102
CAPÍTULO 7 – COMITÊ DE CREDORES	103
52. Constituição e composição	103
53. Impedimentos	105
54. Atribuições e competências.....	105
55. Deliberações.....	106
56. Remuneração	106
57. Destituição.....	107
58. Responsabilidade civil	107
59. Órgão não obrigatório.....	107

CAPÍTULO 8 – VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS	109
60. Natureza da verificação de créditos	109
61. Habilitação de crédito	110
62. Impugnação de créditos.....	113
63. Julgamento na verificação de créditos	115
64. Recurso da sentença de impugnação	115
65. Condenação em honorários advocatícios	116
66. Quadro-geral de credores	117
67. Créditos tributários	117
68. Créditos decorrentes da relação de trabalho	119
69. Créditos ilíquidos.....	121
70. Habilitação retardatária	122
71. Exclusão, reclassificação ou retificação de créditos	124

SEÇÃO III – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CAPÍTULO 9 – FUNDAMENTOS DO INSTITUTO.....	129
72. A crise econômico-financeira.....	129
73. O acordo judicial.....	131
CAPÍTULO 10 – INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	133
74. Legitimação ativa.....	133
74-A. Requerimento conjunto (grupo de sociedades)	134
74-B. Litisconsórcio ativo (consolidação processual).....	135
74-C. Juízo competente.....	137
74-D. Plano unitário de recuperação judicial (consolidação substancial).....	138
75. Condições para a recuperação judicial	141
76. Requisitos formais do pedido e representação	147
77. Deferimento do processamento da recuperação judicial.....	150

78. Natureza jurídica do ato judicial.....	152
79. Recurso do despacho do processamento	152
80. Desistência do pedido	154
CAPÍTULO 11 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS CREDORES	157
81. Créditos sujeitos à recuperação.....	157
81-A. Tratamento isonômico dos credores	160
82. Obrigações e valores inexigíveis	161
83. Suspensão das ações e execuções	162
84. Novação dos créditos.....	168
CAPÍTULO 12 – EFEITOS EM RELAÇÃO AOS BENS E À PESSOA DO DEVEDOR.....	171
85. Restrição à livre disposição dos bens.....	171
86. Afastamento do devedor ou de seus administradores	172
CAPÍTULO 13 – A REORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	175
87. Meios de recuperação	175
88. Atos de concentração.....	177
89. Plano de recuperação.....	181
90. Manifestação dos credores	182
91. Prazo de realização da assembleia geral de credores e prazo de suspensão das ações.....	184
92. Apresentação de certidões negativas de débito fiscal.....	185
93. Julgamento.....	191
94. Alienação de filiais.....	192
95. Estado de recuperação e seu encerramento.....	194
96. Plano especial de recuperação judicial.....	197
CAPÍTULO 14 – CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA.....	201
97. Hipóteses	201

98. Eficácia dos atos	202
-----------------------------	-----

SEÇÃO IV – FALÊNCIA

CAPÍTULO 15 – ESTADO DE FALÊNCIA.....	205
99. Pressupostos	205
100. Qualidade de empresário.....	205
101. Insolvência do empresário	205
102. Sistema do patrimônio deficitário.....	206
103. Sistema da incapacidade de pagar	206
104. Sistema da cessação de pagamentos.....	207
105. Sistema da impontualidade.....	207
106. Sistema da enumeração ou indicação de fatos concretos, precisados em lei	208
107. Sistema adotado pelo direito positivo brasileiro	208
108. Insolvência presumida ou confessada.....	209
109. Conceito de insolvência.....	209
110. Decretação judicial da falência.....	210
111. Pluralidade de credores.....	210
CAPÍTULO 16 – DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	213
112. Empresário individual	213
113. Falência dos legalmente impedidos de exercer a atividade de empresário	214
114. Sociedade empresária.....	215
115. Sócio de responsabilidade solidária e ilimitada.....	215
116. Sócio de responsabilidade limitada	219
117. Administradores das sociedades anônima e limitada	222
118. Sócio comanditário	223
119. Sócio oculto	223
120. Sócio da sociedade limitada e controlador da sociedade anônima	224

120-A. O sócio único e o administrador da EIRELI na falência.....	225
121. Ação de responsabilidade.....	226
121-A. Objeto do pedido	227
122. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	228
123. Sociedade em conta de participação.....	229
124. Sociedade em comum.....	230
125. Prova da qualidade de empresário.....	231
CAPÍTULO 17 – INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR EMPRESÁRIO.....	233
126. Visão geral.....	233
127. Sistema da impontualidade.....	233
128. Obrigação líquida.....	234
129. Letra de câmbio não aceita	235
130. Duplicata não aceita	235
131. Duplicata virtual, escritural ou eletrônica	238
132. Créditos líquidos que não ensejam falência.....	242
133. Título executivo	242
134. A prova da impontualidade: protesto do título	243
135. Protesto comum e protesto especial	244
135-A. Protesto de sentença	247
136. Intimação do devedor.....	248
137. Local do protesto.....	250
138. Processamento e formalidades do protesto.....	250
139. Valor superior a quarenta salários mínimos	252
140. Relevante razão de direito.....	253
141. Crítica conceitual ao sistema da impontualidade	255
142. Sistema de enumeração legal.....	259
143. Execução sem pagamento ou garantia.....	260

144. Atos ruinosos.....	268
145. Liquidação precipitada e uso de meios ruinosos ou fraudulentos para pagar .	269
146. Realização de negócio simulado ou alienação de ativo	270
147. Traspasse do estabelecimento	271
148. Transferência simulada do estabelecimento principal.....	271
149. Outorga ou reforço de garantia.....	272
150. Ocultação, fuga ou abandono do estabelecimento	272
151. Descumprimento de obrigação do plano de recuperação	273
CAPÍTULO 18 – DECRETAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA.....	275
152. Natureza do processo pré-falimentar	275
153. Legitimação processual ativa.....	275
154. Iniciativa do devedor	276
155. Iniciativa do cônjuge sobrevivente, do herdeiro ou do inventariante.....	278
156. Iniciativa dos sócios.....	279
157. Iniciativa dos credores	279
158. A iniciativa da Fazenda Pública	280
159. Defesa do requerido	283
160. O depósito elisivo da falência	284
161. Decretação da falência.....	286
162. Termo legal da falência.....	288
163. Continuação provisória das atividades	290
164. Publicidade da sentença.....	291
165. Natureza jurídica da sentença	291
166. Coisa julgada.....	292
167. Recurso	293
168. Unidade e universalidade do juízo da falência.....	294
169. Sentença denegatória da falência.....	300
170. Condenação em perdas e danos	302

171. Natureza do processo de falência	304
CAPÍTULO 19 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO À PESSOA DO FALIDO.....	305
172. Condição jurídica do falido	305
173. Direitos do falido	305
174. Inabilitação empresarial.....	306
175. Obrigações legais do falido	307
176. Restrição ao livre trânsito	308
177. Sigilo de correspondência	309
CAPÍTULO 20 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS BENS DO FALIDO.....	311
178. O desapossamento dos bens e a formação da massa falida objetiva.....	311
179. Arrecadação e custódia dos bens	312
180. Bens excluídos da arrecadação	314
181. Auto de arrecadação dos bens	318
182. Liquidação antecipada dos bens.....	318
183. Geração de rendimentos a partir dos bens arrecadados	319
CAPÍTULO 21 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CREDORES	321
184. A formação da massa falida subjetiva	321
185. Credores concorrentes e credores concursais.....	321
186. Credores reivindicantes	322
187. Credores extraconcursais	322
188. Credores não admitidos.....	322
189. Credores por obrigações solidárias	323
190. Efeitos jurídicos quanto aos direitos dos credores	325
191. Vencimento antecipado da dívida do falido.....	325
192. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores	326
193. Cessação da fluência de juros.....	327

194. Suspensão do curso do prazo prescricional.....	329
CAPÍTULO 22 – EFEITOS DA SENTENÇA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DO FALIDO	331
195. Contrato: conceito e classificação	331
196. Contratos bilaterais	332
197. Contratos unilaterais	334
198. Coisas vendidas, ainda em trânsito	334
199. Venda de coisas compostas	335
200. Venda de coisa móvel ou prestação de serviços pagos em prestações	335
201. Contrato de venda com reserva de domínio.....	335
202. Contrato de compra e venda a termo.....	336
203. Promessa de compra e venda de imóveis.....	336
204. Contrato de locação	337
205. Compensação e liquidação de obrigação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	337
206. Patrimônio de afetação	338
207. Contrato de trabalho	340
208. Concessão de serviço público.....	341
209. Contrato de conta corrente.....	341
210. Contratos de mandato e comissão	342
211. Propriedade em comum	343
212. Contrato de sociedade	343
213. Compensação das dívidas do falido	346
CAPÍTULO 23 – AÇÃO REVOCATÓRIA	349
214. Atos ineficazes e revogáveis.....	349
215. Pagamento de dívidas não vencidas	352
216. Pagamento por meio extraordinário	352
217. Constituição de garantia real	353
218. Atos a título gratuito	353

219. Renúncia à herança ou a legado.....	354
220. Traspasse do estabelecimento	354
221. Registros e averbações após a decretação da falência.....	355
222. Ineficácia do reembolso dos acionistas	356
223. Atos previstos no plano de recuperação judicial	357
224. Processamento da ação revocatória	357
225. Legitimação ativa e passiva	358
226. Competência, rito e prazo de propositura.....	359
227. Recurso da decisão revocatória	360
228. Ineficácia ou revogação de ato amparado em decisão judicial.....	360
229. Efeitos da ação revocatória.....	361
CAPÍTULO 24 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.....	363
230. Função e natureza jurídica.....	363
231. Restituição ordinária	364
232. Alienação fiduciária em garantia.....	364
233. Cessão fiduciária de direitos creditórios	366
234. Arrendamento mercantil	366
235. Mandato e comissão.....	367
236. Comodato.....	367
237. Contrato estimatório	368
238. Restituição de dinheiro em poder do falido	368
239. Restituições especiais	369
240. Restituição de coisa vendida a crédito.....	369
241. Restituição decorrente de adiantamento a contrato de câmbio.....	371
242. Valores entregues ao devedor pelo contratante de boa-fé	371
243. Rito processual.....	372
244. Embargos de terceiro opostos pelo cônjuge do falido.....	373
CAPÍTULO 25 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	377
245. Razão de ordem.....	377

246. Gradação dos créditos	377
247. Créditos de natureza trabalhista.....	378
247-A. Crédito relativo a honorários advocatícios.....	380
248. Representantes comerciais autônomos.....	380
249. Créditos com garantia real.....	382
250. Créditos tributários	383
251. Créditos com privilégio especial	385
252. Créditos com privilégio geral.....	387
253. Créditos quirografários.....	388
254. Créditos subquirografários.....	388
255. Créditos subordinados.....	389
256. Créditos extraconcursais	390
CAPÍTULO 26 – REALIZAÇÃO DO ATIVO E PAGAMENTO DO PASSIVO.....	393
257. O momento da liquidação.....	393
258. Plano de venda dos bens.....	395
259. Alienação comum ou ordinária.....	395
260. Formas ordinárias.....	396
261. Modalidades ordinárias	397
262. Modalidades extraordinárias	400
263. Sucessão nas obrigações do devedor.....	401
264. Disposições complementares à realização do ativo	402
265. Ordem de pagamentos	403
266. Importâncias reservadas	404
267. Disposições complementares ao pagamento do passivo.....	405
268. Encerramento da falência	406
CAPÍTULO 27 – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO.....	409
269. Enquadramento	409
270. Pagamento	410

271. O decurso do tempo.....	410
272. Processamento do requerimento.....	411
273. Sócios de responsabilidade ilimitada.....	412

SEÇÃO V – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CAPÍTULO 28 – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	417
274. Convocação extrajudicial de credores	417
275. O acordo extrajudicial homologável	418
276. Condições gerais.....	421
277. Condições especiais	421
278. Credores excluídos	422
279. Instrução do pedido	423
280. Oposição dos credores.....	424
281. Efeitos.....	426

SEÇÃO VI – O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO FONTE SUBSIDIÁRIA

CAPÍTULO 29 – IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	429
282. Questão de ordem.....	429
283. Contagem dos prazos de natureza processual.....	430
284. A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e o sistema recursal da Lei n. 11.101/2005.....	434
285. O novo regime jurídico do recurso de agravo	436
285-A. No processo preliminar da falência	437
285-B. No processo de falência.....	439
285-C. No processo de recuperação judicial.....	440
286. Cooperação jurisdicional (cooperação nacional)	443
<i>Bibliografia.....</i>	<i>445</i>